

AÇÃO AFIRMATIVA

Liderança no serviço público

» EDUARDO FERNANDES

O debate sobre cotas raciais, porém, é muito mais profundo e necessário em outras inúmeras camadas. Para além de um grande passo rumo à graduação, essa política se mostra crucial quando pensada não somente nos cursos tradicionais, mas nas mais variadas ondas acadêmicas e na especialização de profissionais negros. Formado em gestão pública, Agnaldo Filho ingressou por meio das ações afirmativas na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), para realizar o tão sonhado mestrado.

Natural de Salvador, na Bahia, mais precisamente do bairro de Itapuã, a inclusão de cotas foi crucial para que ele conseguisse saltar profissionalmente. "Vim a Brasília por motivos profissionais, sou policial rodoviário federal. Cheguei aqui em 2019 para assumir um cargo de coordenador-geral na PRF, fiquei dois anos, depois voltei em 2022 para assumir um cargo de gerente de projetos na Secretaria Nacional de Trânsito, onde fiquei um ano", lembra. Entre idas e vindas, fiquei um ano, logo após de retornar para a cidade natal, uma nova proposta lhe encheu os olhos.

Em fevereiro de 2024, assumiu o cargo de assessor de gestão e governança pública na Casa Civil da Presidência da República. Em sua visão, não teria feito esse percurso profissional se não fossem as ações afirmativas, que foram essenciais para alçar voos nunca imaginados. "A graduação qualifica para o mercado de trabalho, mas é a pós-graduação, muitas vezes, um pré-requisito formal ou critério de pontuação decisivo para cargos de alta gestão no serviço público", comenta.

O objetivo principal da expansão não é apenas a inclusão acadêmica, mas criar um banco de talentos de profissionais negros altamente qualificados, prontos para quebrar o teto de vidro e ocupar os espaços estratégicos do poder e da sociedade. O ingresso de Agnaldo na pós-graduação por meio das cotas é visto por ele como um diagnóstico da complexidade do racismo estrutural.

Arquivo pessoal



Ele observou que alguns correntes cotistas alcançavam a pontuação para a ampla concorrência, o que, para ele, não invalida a política, mas reforça sua necessidade, ao demonstrar que, mesmo quando a barreira do mérito é superada, existem mais filtros invisíveis.

Essa experiência moldou sua

atuação no serviço público em duas frentes: reforçou sua responsabilidade em ser um agente de mudança estrutural e deu-lhe a legitimidade técnica dos títulos e a vivência prática da consciência racial para atuar de forma mais representativa. Questionar esses processos que perpetuam a exclusão racial é, agora, a pauta e a

vocação que lhe fazem acordar todos os dias em busca de ser uma liderança para aqueles que, no momento, só ousam sonhar.

Luta e sucesso

Ramilla Correa Yamanaka, 34, entrou na UnB em 2010 para cursar comunicação social. No en-



A graduação qualifica para o mercado de trabalho, mas é a pós-graduação, muitas vezes, um pré-requisito formal ou critério de pontuação decisivo para cargos de alta gestão no serviço público"

Agnaldo Filho, formado em gestão pública

tanto, revela que demorou muito tempo até admitir para si mesma que era negra, já que na infância essa denominação era encarada de forma negativa. "Isso é algo que não podemos fugir, especialmente quando crescemos entre brancos. Pessoas negras costumam ter de se esforçar muito mais para receber o mesmo tratamento de pessoas brancas", complementa.

Anteriormente, pensava que as cotas sociais seriam bem mais aplicáveis aos estudantes. Mudou de ideia assim que ingressou na universidade: mesmo as raras pessoas negras que tinham condições financeiras, elas encontravam várias dificuldades devido a cor da pele e da aparência. De origem humilde, as maiores adversidades durante esses anos foram financeiros.

Atualmente, Ramilla vive uma realidade muito diferente daquela que encontrou no início. O sonho de trabalhar com comunicação se fez real, mesmo depois de uma